



SENTIDOS SOBRE DEMOCRACIA EM DISTINTAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DIZER

Milene Leite

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Ao assistirmos aos telejornais, o assunto é política. Nas redes sociais, como o *Facebook* e o *Twitter*, em rodas de amigos, nos bares, em gestos, em falas públicas e privadas, a política parece estar em todos os lugares. Em muitos desses espaços, um enunciado se repete: “Os políticos só falam, mas não fazem nada”. O que está na “boca do povo” é diluído no cotidiano, circula e se institui como evidência. Do lugar da Análise do Discurso pêcheuxiana, interessados pelo modo como os sentidos se produzem, afirmamos, junto a Orlandi (1995) que, em meio a repetibilidades que produzem efeitos homogeneizantes, óbvios, “o sentido sempre pode ser outro”.

No presente artigo, para expormos a reflexão empreendida, que tem como base ampla o discurso político e seus dizeres (por) políticos, em especial na mídia televisiva, e, mais restrita, a constituição de sentidos para democracia, nesses dizeres, recorreremos, de início, à Constituição de 1988, que institui o Estado Democrático, destinado, segundo o texto, logo em seu Preâmbulo:

a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias. (BRASIL, 1988).

Ainda no texto da Constituição, no Artigo 1º, parágrafo único, lemos que “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição” (*idem, ibidem*).

A respeito do termo Democracia, é válido ressaltar que, no Dicionário de Norberto Bobbio (1998), podemos ler a definição dada ao verbete sob um viés histórico, perspectiva segundo a qual o próprio filósofo político ressalta como necessária de

ser percorrida por quem deseja revisitar a noção, à luz de acontecimentos recentes. A definição dada por Bobbio à Democracia passa:

- a) pela tradição aristotélica, em que se define Democracia como “Governo do povo, de todos os cidadãos”, ao contrário da Monarquia, “Governo de um só”, e da Aristocracia, “Governo de poucos”;
- b) pela tradição romano-medieval, apoiada na contraposição entre o poder representativo, derivado do povo, e o delegativo, derivado do príncipe,
- c) até chegar à republicana moderna, derivada de Maquiavel, “segundo a qual as formas históricas de governo são essencialmente duas: a monarquia e a república”, sendo a Democracia uma forma de república.¹

Tanto no texto de nossa Constituição quanto na tradição aristotélica de Democracia, podemos ler a referência a “povo” como aquele que governa, de forma direta ou de forma indireta. Especificamente na Constituição, encontramos também, de forma repetida, o termo “todos”, como em “todos são iguais perante a lei” (BRASIL, Art. 5º, 1988) e “é assegurado a todos” (parágrafo XIV) e “todos podem reunir-se” (parágrafo XVI do mesmo artigo), somente para citar alguns exemplos.

Sob a perspectiva da Análise do Discurso materialista, formulada por Michel Pêcheux, em que “o político e o simbólico se confrontam”, conforme Orlandi (2013, p. 16), interessa-nos interrogar que efeitos produz o uso, no discurso político, de categorias homogeneizantes, como “povo” e “todos”, entre outras. Levando-se em conta a pluralidade da constituição social, a divisão em classes, que produz cisões no modo como cada sujeito constitui-se cidadão e exerce, em práticas, sua cidadania, a pergunta que, por hora fazemos é: que implicações esses termos produzem?

Benayon e Brandão (2018, p. 502), em um trabalho de análise do pronunciamento de 1930 de Getúlio Vargas, em que observam o uso de nós inclusivo e de não

¹ Para uma maior compreensão, é recomendada a leitura do verbete, no Dicionário de política referido, assim como a leitura dos verbetes Direitos Humanos e Ditadura. Levando-se em conta o nosso cenário político atual, faz-se possível afirmar que a ordenação dos verbetes que aloca os “Direitos Humanos” entre a “Democracia” e a “Ditadura” significam para além de uma justificação meramente alfabética.

pessoa discursiva como marcas da produção de um imaginário de homogeneidade, apontam:

A produção de um imaginário de homogeneidade entre população e governo é um funcionamento regular no discurso político. Frequentemente, ouve-se lideranças políticas justificando suas práticas em nome de todos, produzindo um efeito de unidade entre si e o povo através de marcas linguísticas da primeira pessoa do plural, por exemplo, o pronome pessoal nós ou equivalentes. (BENAYON, BRANDÃO, 2008, p. 502)

Em mesmo texto, afirmam que “a designação povo e suas paráfrases possíveis significam, por um efeito totalizador, como uma unidade construída sem que haja espaço para divisões” (*idem, ibidem*). Podemos afirmar que apagam-se, desse modo, pelo efeito de unidade, as contradições históricas.

Para trabalhar esse uso de categorias homogeneizantes, no discurso político, foram recortadas sequências discursivas retiradas de três entrevistas concedidas por distintos presidentes da república, em exercício de suas profissões, ao programa *Roda Viva*, da *TV Cultura*. As entrevistas são de Fernando Henrique Cardoso (1996), de Luiz Inácio Lula da Silva (2005) e de Michel Temer (2016)². A condição de entrevista nos permite, sob a ótica discursiva, fazer alguns apontamentos. Consideramos que, na formulação das perguntas em uma entrevista e também no modo como são direcionadas aos entrevistados, há um funcionamento enunciativo/discursivo/ideológico que não pode ser desconsiderado. A existência de perguntas que pressupõem respostas e a presença da posição entrevistador e a da posição entrevistado institui, segundo Souza (1999), um jogo discursivo sustentado por uma memória. É importante considerarmos esse jogo e, mais especificamente, compreender como se constituem essas posições.

Ressalta-se, ademais, que uma análise que considere o discurso político na mídia está necessariamente atrelada à conjuntura política em que as entrevistas foram realizadas. Utilizando-se os termos formulados pela Análise do Discurso francesa, conforme afirma Pêcheux (1969), “um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas”. Após essa afirmação, é apresentado um exemplo:

² As entrevistas de que essas sequências foram retiradas somadas a mais duas outras compõem o *corpus* empírico da tese em andamento, de minha autoria, cujo título provisório é “Uma análise discursiva das entrevistas dos presidentes do período pós Ditadura no Programa Roda Viva, da TV Cultura”.

o deputado pertence a um partido político que participa do governo ou a um partido de oposição; é porta-voz de tal ou tal grupo que representa tal ou tal interesse, ou então está 'isolado' etc. Ele está, pois, bem ou mal, situado no interior da relação de forças existentes entre os elementos antagonistas de um campo político dado: o que diz, o que anuncia, promete ou denuncia não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que ele ocupa; a mesma declaração pode ser uma arma temível ou uma comédia ridícula segundo a posição do orador e do que ele representa, em relação ao que diz: um discurso pode ser um ato político direto ou um gesto vazio, para 'dar o troco', o que é uma outra forma de ação política (PÊCHEUX, M. 1969, p. 76)

O que Pêcheux destaca, nessa formulação, é que o discurso não está, de modo nenhum, dissociado das condições em que é formulado, o que inclui o social, o histórico e o ideológico. Ademais, a posição ocupada por aquele que toma a palavra, ou seja, o lugar institucional, social, histórico que ocupa no interior da "relação de forças" existentes determina a produção sentidos.

Outro ponto digno de ser aqui exposto está relacionado a outro conceito importante no interior da Análise do Discurso. Na materialidade discursiva, em que se congregam língua e história, outros discursos se marcam, (re)construindo sentidos que lhes são anteriores. É a ação do chamado interdiscurso, a memória discursiva que possibilita o dizer, no intradiscurso (PÊCHEUX, 2012 [1983]; ORLANDI, 2013 [1990]).

Tal ação não é percebida pelo sujeito que enuncia, o que faz com que este tenha a ilusão de ser dono e origem do seu dizer. É o esquecimento número um apontado por Pêcheux (2009 [1975]), segundo o qual se apaga para o sujeito o exterior de sua formação discursiva. A este esquecimento relaciona-se um outro, o número dois, em que o sujeito tem a ilusão de que o seu dizer porta um único significado, que será recebido pelo interlocutor.

Desse modo, cada presidente, ao tomar a palavra, o faz segundo condições específicas e afetado pela ação da memória discursiva, sem que, de fato, o perceba. Expomos esse funcionamento, a partir da análise de três sequências apresentadas a seguir.

2 GESTOS ANALÍTICOS

A partir dessas reflexões, são apresentadas, para análise, três sequências discursivas que fazem parte do *corpus* de trabalho da tese em andamento.

A sequência número um diz:

SD1: [...] não se trata apenas das **instituições democráticas** que estão aí, **o Congresso, a liberdade de imprensa, eleições** e tudo mais. É mais do que isso. A sociedade está hoje muito organizada e demandando muito, com um sentido muito forte de independência, de autonomia, e sabendo processar o que ela deseja em suas demandas, sabendo também entender as respostas. Eu acho que vivemos hoje um clima de democracia. Não há, no meu modo de entender, nenhuma força no Brasil que se oponha a isso, a esse valor, a democracia, que não era um valor compartilhado por todos há muito pouco tempo. Hoje é compartilhado por todos. Eu acho que sim, e eu acho, como você mesmo disse, que programas como este ajudaram a enraizar a democracia no sentido que eu mencionei aqui, não só das instituições, é a própria sociedade entender melhor o processo social, político, econômico. Acho que poucos países têm o grau de liberdade equivalente à liberdade que o Brasil desfruta hoje, e muitas vezes nós nem percebemos. A liberdade é como o oxigênio, você tem que parar com ele, para sentir falta. Aqui há muita liberdade e isso é muito bom. (Fernando Henrique Cardoso, presidente da república, programa Roda Viva, TV Cultura, 1996).

A sequência número dois:

SD2: Primeiro, eu acredito no sentido da história, e acho que a história é, possivelmente, o grande ensinamento para que os que virão depois acertem mais do que os que se foram. Quando, por exemplo, nós tivemos a queda do Muro de Berlim, a história nos ensinou o quê? **Não existe nenhum regime mais fantástico, por mais problemas que ele tenha, do que a democracia.** Não existe. A democracia não é uma meia coisa, ela é uma coisa por inteiro, porque fazer política em um país que tem imprensa livre, fazer política em um país que tem sindicato livre, fazer política em um país que tem um Congresso Nacional livre, que tem organizações partidárias livres, que tem os estudantes fazendo o que entenderem fazer, pode ser difícil, mas é muito mais saudável para o futuro da Humanidade do que você tentar se autointitular “dono da verdade” e fazer apenas a política que interessa a um partido, a uma religião, a uma corrente sindical ou a uma pessoa. [...] (Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da república, programa Roda Viva, TV Cultura, 2005).

Por fim, a sequência discursiva número três:

SD3: Eu não dou importância a essa coisa de liderança, porque a ideia de liderança, me permitam dizer, tem uma certa ideia de, digamos, de “caciquismo”, um sujeito consegue fazer uma pregação popular tão intensa que consegue dominar... Falaram em governo populista, em onda populista, né? Consegue dominar certas massas. Eu acho que o povo hoje está mais preocupado com resultados, tanto que vocês veem que as ideologias caíram. Hoje, você é de esquerda, é de direita? O sujeito não está nem aí para isso. Ele quer resultado. Daí porque... até lá na “ponte para o futuro”, nós pregamos a ideia da democracia, da eficiência, porque o que o povo mais quer é eficiência. (Michel Temer, presidente da República, programa Roda Viva, TV Cultura, 2016).

As três sequências discursivas têm em comum o fato de terem sido produzidas em situação de entrevista, aqui tomadas, a partir de Pedro de Souza (1999) à luz do trabalho de Achard (1994), como um processo discursivo que produz um “jogo de correlações enunciativas e posições ideológicas”. Ou, seja, para compreender o que está em jogo, em uma entrevista, e como os sentidos se produzem é fundamental considerarmos de onde o sujeito do discurso enuncia, de que posição ele fala, sob que condições. As três sequências foram recortadas de entrevistas concedidas ao programa televisivo Roda Viva, por sujeitos inscritos no lugar discursivo/ institucional de presidentes da República em exercício, a saber, Fernando Henrique Cardoso, em 1996 (SD1), Luiz Inácio Lula da Silva, em 2005 (SD2), e Michel Temer, em 2016 (SD3).

Embora a condição de entrevista una as três sequências, as condições de produção de cada uma, o que inclui, segundo Orlandi (2013), as condições imediatas de produção do dizer e as mais amplas, como o contexto sócio-histórico-ideológico, as distinguem. O trecho da entrevista de Fernando Henrique, realizada a apenas oito anos da promulgação da Constituição cidadã, configura-se uma resposta à pergunta feita pelo jornalista que questionava se, no entender do presidente, o país vivia uma democracia. As condições sócio-históricas do dizer permitiam questionar a existência ou não de um regime democrático, em suas práticas, ao que Fernando Henrique, inscrito no lugar institucional de presidente, responde positivamente e descreve o que se constituiria como próprio do regime democrático, o funcionamento das instituições, Congresso, imprensa, eleições, e também a “independência e autonomia da sociedade”, a democracia como “valor compartilhado por todos”. Vemos materializado, nessa sequência, o termo “todos”, assim como “sociedade”, produzindo, conforme os gestos de leitura aqui empreendidos, o efeito de homogeneização a que nos referimos anteriormente.

A SD2, recortada da entrevista de Lula ao programa, em 2005, no terceiro ano de seu primeiro mandato, constitui-se uma resposta à pergunta do jornalista que questionou se o presidente Lula acredita no sentido da História e, se sim, em que direção a humanidade estaria caminhando. Na resposta, são mobilizados sentidos para democracia. Ao definir o que seria “democracia como uma coisa por inteira”,

são apresentados setores sociais específicos, como a imprensa, o sindicato, o Congresso Nacional, as organizações partidárias sociais, os estudantes, seguidos de uma premissa específica e, pela repetição, comum a todos: livres. Em seguida, é apresentado o contrário disso, ou seja, o oposto de um regime democrático, que seria “fazer apenas a política que interessa a um partido, a uma religião, a uma corrente sindical ou a uma pessoa”.

Nessa tomada de palavra, ao se atribuir sentidos à democracia, podemos ler que, embora as categorias sociais e institucionais elencadas deixem de lado tantas outras, o gesto de trazê-las, na definição de democracia, produz um efeito oposto ao homogeneizante, marca a pluralidade da constituição de um regime democrático.

A SD3 constitui-se de um trecho da entrevista de Michel Temer, concedida ao programa *Roda Viva*, em 2016, logo após assumir a presidência depois do golpe que depôs a presidenta Dilma Rousseff do poder. A pergunta feita pelo jornalista diz respeito à opinião do presidente sobre a possibilidade do “vácuo de lideranças” existente naquele ano, de 2016, eleger um “novo Trump” no Brasil, em 2018. Podemos ler, nessa sequência, assim como nas outras duas, uma produção de sentidos para democracia. Nessa sequência, a “ideia da democracia” é associada à eficiência, a resultados, sendo esse o querer do “povo”. O efeito homogeneizante é, uma vez mais, produzido, não somente em “povo”, mas também em “o sujeito” e “ele”, em **“O sujeito** não está nem aí [para o fato de o presidente ser de esquerda ou de direita]”, **“Ele** quer resultado”. De nossa posição, podemos perguntar: quem é **“o sujeito”** que não está nem aí e quem seria **“ele”** cuja preocupação central é “resultados”?

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em Análise do Discurso, por estarmos interessados no discurso político, ou nos “efeitos de sentido entre os pontos A e B” (PÊCHEUX, 2014 [1969], p. 82), interessamos a política enquanto prática cujo instrumento é o discurso (HENRY, 1990, p. 24). A política, nesse campo de estudos que é o nosso, abre-se para a relação intrínseca dos sentidos com a história e com o social, mas também para a heterogeneidade dos *corpus* com os quais lidamos, fruto do funcionamento do que Orlandi (2001, p. 90) nomeia “o político”, ou seja, o que produz uma cisão social dos sentidos e

aponta para as relações de poder instituídas em determinado momento sócio-histórico-ideológico. O político, assim, é próprio das práticas linguageiras e nelas se materializa.

A partir da leitura dessas três sequências aqui trazidas, realizamos gestos de leitura em batimento, conforme Pêcheux (2012), entre teoria e análise, pondo em questão a constituição de sentidos para democracia, em distintas condições de produção do dizer. É importante ressaltar que outros gestos de leitura poderiam e podem ser empreendidos, sobre essas mesmas sequências.

Por hora, afirmamos que o efeito homogeneizante produzido pelo uso de “todos”, “povo”, “sujeito”, “sociedade”, “ele”, conforme vimos funcionar nas sequências, assim como na Constituição de 1988, em “Todos são iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se (...) a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (Artigo 5º), porta traços de exclusão, ao nos permitir questionar o que cabe nesse “todos” ou de que povo se fala quando se diz “o povo”.

Em nosso quadro político atual no Brasil, no ano de 2018, vivenciamos um processo eleitoral que levou e tem levado pessoas às ruas. Nas tantas vozes que ecoam, enunciados se produziram e se repetiram. “Pelas mulheres”, “Pelos quilombolas”, “Pelos negros”, “Pelos índios”, “Pelos LGBTs”, assim também “Pela família tradicional brasileira”, em uma adjetivação que restringe (não é por toda família, mas somente pela tradicional).

Seja de um lado ou de outro do espectro sócio-político, o que se abre ao visível e à leitura é a divisão social, é o fato de que, se temos, constitucionalmente, a garantia de direitos iguais para todos, alguns dos que compõem esse “todos” têm seus direitos ameaçados ou excluídos, a depender da prática política instaurada. É nosso dever, assim, do lugar de quem trabalha com o discurso, desnaturalizar as evidências em que assenta o ideal democrático e produzir a resistência, ao apontar os deslizamentos de sentido possíveis.

Ao darmos luz, em nossos gestos de leitura, às categorias homogeneizantes e seus efeitos e dar foco às frações sociais, o objetivo não é questionar a importância fundamental do regime democrático, mas chamar a atenção para o fato de que a democracia é um regime de luta constante por garantia de direitos. Essa luta se dá no campo político e também no campo discursivo. A democracia merece que lutemos por ela.

REFERÊNCIAS

ACHARD, P. 1994. Sociologie du langage et analyse d'enquêtes, de l'hypothèse de la rationalité des réponses, in. **Sociétés Contemporaines**. nº 18/19- Junho/ Setembro, Paris, L. Harmattan.

BENAYON, F; BRANDÃO, R. **O porta-voz e o povo: homogeneizações e suas implicações em Vargas**. In. ENELIN 2017 textos completos/ VII Encontro de Estudos da Linguagem/ VI Encontro Internacional de Estudos da Linguagem: linguagem, instituições e práticas sociais. Pouso Alegre, 4 a 6 de outubro de 2017 / organização de Eni Puccinelli Orlandi ... [et al.]. – Pouso Alegre: Univás, 2018. 1512p.

BOBBIO, N. **1909** – Dicionário de política I. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1998.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

HENRY, P. Os fundamentos Teóricos da 'Análise Automática do Discurso' de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, Françoise ; HAK, Tony (orgs.) **Por uma análise automática do discurso**; uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Bethania S. Mariani et alii. Campinas, Editora da UNICAMP, 1990.

ORLANDI, Eni. Texto e discurso. **Revista Organon**, v. 9, n. 23, 1995. E-ISSN: 22388915

ORLANDI, Eni. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas, SP: Pontes, 2001.

ORLANDI, E. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 11ª Ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013.

PÊCHEUX, M. [1969]. Análise automática do discurso (AAD-69). [1969] In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso**. 5ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, M. [1975]. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 4ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

PÊCHEUX, M. [1983] **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 6ª e. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

SOUZA, P. As enquetes como discurso: um caso de acesso às palavras do racismo. In: Freda indursky; Maria Cristina Leandro Ferreira. (Org.). **Os múltiplos territórios da Análise do discurso**. 1a.ed.Porto Alegre: Editora SagraLuzzato, 1999, v. 12, p. 250-257.